

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS MORRINHOS**

ANNE KELLY DA SILVA RAMANHOLE

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**MORRINHOS
2018**

ANNE KELLY DA SILVA RAMANHOLE

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia, no Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sangelita Miranda Franco Mariano

**MORRINHOS
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

R165a Ramanhole, Anne Kelly da Silva.
Avaliação da aprendizagem na educação infantil. / Anne Kelly da Silva
Ramanhole. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2018.
50 f. : il.

Orientadora: Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal Goiano
Campus Morrinhos, Licenciatura em Pedagogia, 2018.

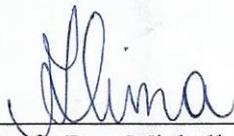
1. Educação infantil. 2. Avaliação educacional. 3. Aprendizagem.
I. Mariano, Sangelita Miranda Franco. II. Instituto Federal Goiano.
III. Título.

CDU 371.26

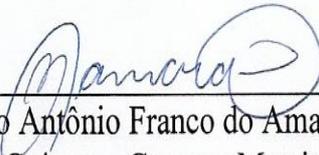
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Morrinhos, 12 de junho de 2018.

Banca Examinadora:



Prof.^a Dra. Michelle Castro Lima
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos



Prof. Me. Marco Antônio Franco do Amaral
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos



Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Aos meus pais, marido e familiares, que foram grandes incentivadores e sempre me apoiaram e acreditaram na minha vitória.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, pois sem ele nada conseguiria, ele é o elemento essencial para tudo na vida.

Aos meus pais Rosa e Wanderley, e aos familiares que sempre lutaram para me ajudar nesses quatro anos de curso.

Ao meu marido Emerson, que teve muita paciência e me apoiou nos momentos de stress, contribuindo dia após dia, principalmente nos últimos meses do curso.

À minha querida professora orientadora Sangelita, a quem não canso de agradecer, que teve muita paciência e lutou do meu lado todos esses anos, que apesar de tudo, sempre esteve do meu lado sendo muito mais que orientadora foi uma grande amiga que pude contar em todas as horas.

À professora. Dra. Michelle Castro Lima e ao professor. Me. Marco Antônio Franco do Amaral pela participação em minha banca de defesa de Trabalho de Curso, momento ímpar para minha formação acadêmica.

Às amigadas que fiz ao longo desse curso, minhas amigas que sempre contribuíram com a minha formação: Rúbia que esteve comigo desde o início, Paula Ferreira e a Sabrina que sempre se despuseram pra me ajudar e me ajudaram como puderam.

E a todas as colegas da segunda turma do curso de Pedagogia do Instituto Federal Goiano.

A todos os professores que doaram seus conhecimentos durante o curso e fizeram um grande esforço para me ajudar quando precisei. Alguns ficarão marcados para sempre em meu coração.

“Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformas algo em nós, nos outros e no mundo”

(Madalena Freire)

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Resumo

O presente estudo trata da avaliação da aprendizagem desenvolvida na educação infantil, especialmente na pré-escola da cidade de Morrinhos. A educação infantil ainda se encontra em um processo de valorização, desenvolvimento e reconhecimento do seu papel no processo de aprendizagem infantil. A partir dessa pesquisa, objetivamos caracterizar a avaliação como um dos pilares de sustentação das ações pedagógicas na educação infantil, buscando analisar, refletir e compreendê-la no cotidiano da sala de aula do Jardim II. A pesquisa parte do pressuposto que existem diferentes modos de avaliar a aprendizagem de uma criança, incluída na faixa etária de 0 a 5 anos de idade. É possível depreender que a avaliação poderá provocar impactos positivos ou negativos no desenvolvimento intelectual das crianças, a depender de como esta é desenvolvida pelos educadores que atuam junto às crianças. Assim, a avaliação foi analisada de modo que pudesse ficar evidente a sua eficácia como também suas deficiências relacionadas às práticas diárias em sala de aula das escolas de educação infantil. Para tanto, o caminho metodológico pautou-se na pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, identificamos por meio dessa investigação, que a avaliação da aprendizagem está associada aos elementos destacados como importantes no planejamento da instituição educativa, tendo em vista que toda prática avaliativa está inserida numa perspectiva teórica, abrangendo as concepções de infância e o que se compreende como conteúdos e habilidades consideradas como fundamentais para serem desenvolvidos na educação infantil.

Palavras-chave: Educação infantil. Avaliação. Aprendizagem.

EVALUATION OF LEARNING IN INFANCY EDUCATION

Abstract

This study is about evaluation learning on the infant education, especially on the preschool. The infancy education is still on the increase value process, development and recognizing of your part on the learning infancy process. With that work, our goal is to characterize the evaluation as one of the sustentation pillars of pedagogics actions on the infancy education, searching to analyses, reflect and understand day by day of class room of Garden II. The search assumption starts that there are different forms to evaluate a child learning, when the ages are between 0 and 5 years old. Is possible to predict of the evaluation be able to provoke positives or negatives impacts on the intellectual develop of the kids that depends in the way that evaluation is conducted for the teachers. That evaluation was analyzed to show it efficacy or deficits related with day by day practices on the infancy schools. However, this work is based on the docs and bibliographies search. We concluded with this investigation that infancy education valuation is associated with highlights important elements on the planes of learning institutes, whereas all practice is inserted in the theoretical perspective, encompassing the conceptions of the infancy and understands as contents and skills considered as fundamental for developed of infancy education.

Keywords: Infancy Education. Evaluation. Learning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVA HISTÓRICA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	12
2.1 Aspectos Históricos da Educação Infantil no Brasil.....	13
2.2 Avaliação da Aprendizagem: Aspectos Conceituais e Metodológicos	18
2.3 Modalidades de Avaliação	20
2.3.1 Avaliação formativa	20
2.3.2 Avaliação Classificatória/Somativa	22
2.3.3 Avaliação Mediadora	22
2.3.4 Avaliação Diagnostica	23
3 A AVALIAÇÃO SOB O PRISMA DOS DOCUMENTOS LEGAIS	24
3.1 Contexto	25
3.2 Referenciais Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil – RCNEI (1998)	26
3.3 Política Nacional de Educação Infantil: Pelo Direito das Crianças de Zero a Seis anos à Educação(2003).....	27
3.4 Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – 2006	27
3.5 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil -2009	28
3.6 Indicadores da Qualidade na Educação Infantil – 2009	29
3.7 Plano Nacional pela Primeira Infância –PNPI 2011-2022.....	30
4 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE MORRINHOS.....	31
4.1 A Avaliação a partir das Fontes Documentais	32
4.2 O Cenário da Investigação: A Escola de Educação Infantil Padre Gisley Azevedo Gomes	34
4.3 Avaliação da Aprendizagem sob o Olhar da Escola Padre Gisley.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6 REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção apresentarei a motivação pessoal para o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso, bem como a metodologia, os objetivos e o problema de investigação desse trabalho científico. No presente trabalho pretendemos discutir sobre a importância dos processos de avaliação na educação infantil e as implicações relacionadas a tais avaliações para a aprendizagem das crianças.

Durante meu curso, juntamente com as aulas ministradas no curso de Pedagogia, dentre elas a avaliação educacional, percebi que havia muitos métodos avaliativos, muitas formas de avaliar as crianças de uma forma que não as force e não as prejudique e que é inadmissível que o desenvolvimento de uma criança seja relatado por meios de relatórios que não demonstrem o seu desenvolvimento real.

A avaliação é muito importante para apoiar a prática pedagógica e contribuir para que o professor possa obter informações sobre cada aluno, e auxiliá-lo a pensar maneiras diferentes de aprendizagem ajudando-o no acompanhamento, orientação e direcionamento do aluno conforme sua necessidade. “A criança não pode se sentir integrada a uma escola que lhe proporciona uma situação constante de prova, de teste, onde a tensão se mantém e onde ela e sua família são prejudicadas e responsabilizadas pelo fracasso”.(HOFFMAN,2012, p.152).

Percebemos que estudar os métodos avaliativos na educação infantil é algo desafiador, pois é mais que necessário que o professor tenha alicerce, autoconhecimento para assumir erros e falhas e estar aberto à novas tentativas, tendo em vista, que cada professor usa algum método para avaliar sua turma e para entender mais sobre a inclusão dentro de uma sala de aula. A avaliação, certamente faz parte da aprendizagem da criança, cabe ao professor saber como inserir tal ação dentro da sala de aula sem ser algo maçante, cansativo, excludente e sem relação com a aprendizagem das crianças.

Em meados do ano de 2015, já estudante do curso de Pedagogia fui contratada como monitora em uma instituição de educação infantil da rede municipal de Morrinhos- GO. Quando comecei a trabalhar tive a oportunidade de observar mais a fundo uma sala de aula, percebi que esses métodos avaliativos não são um assunto mobilizado dentro da sala de aula. Em conversa e observação com professores das

escolas que trabalhei identifiquei que o desenvolvimento de métodos avaliativos qualitativos é escasso na educação infantil.

A partir de tais constatações e de minhas sensações como aluna, mas principalmente com a preocupação em avaliar quando for educadora, decidi que gostaria de me envolver mais com a temática relacionada aos métodos avaliativos na educação infantil, para que eu pudesse compreender melhor como ajudar os professores e desenvolver esses métodos avaliativos que sejam realmente comprometidos com o sucesso do aluno.

A avaliação na Educação Infantil e a análise do processo e suas modalidades tem o objetivo de levantar alguns apontamentos sobre o surgimento da avaliação e de como deve ser o seu desenvolvimento, compreendendo que tais avaliações são muito importantes para apoiar a prática pedagógica e ajudar o professor a obter informações sobre cada aluno e auxiliá-lo a pensar formas diferentes de conduzir o processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) nº 9394/96, no que diz respeito a avaliação na educação infantil, a mesma afirma que esta deve ser realizada mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996).

O percurso metodológico dessa investigação pauta-se numa perspectiva de investigação qualitativa, a qual foca no caráter do objeto analisado, que estuda particularidades. Nessa pesquisa, as respostas não são objetivas e tem como prioridade compreender o comportamento do alvo. (GIL,2012).

Adotaremos também como suporte metodológico a pesquisa bibliográfica, está desenvolvida a partir de materiais já elaborados constituídos a partir de livros e artigos científicos. Esse processo metodológico tem uma grande vantagem, pois permite que o investigador tenha uma cobertura mais ampla que pesquisa direta.

Para Amaral (2007), a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

Utilizaremos também a pesquisa documental, que se assemelha e segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos

subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

A primeira seção aborda a perspectiva histórica e modalidades de avaliação da educação infantil e mostra como ela está sendo modificada ao longo dos anos

Na segunda seção, foi feita uma análise dos documentos norteadores da educação infantil, e em alguns processos de avaliação a partir dos documentos: Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), Lei de Diretrizes e Bases, Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos a educação, Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Indicadores de Qualidade na Educação Infantil e o Plano Nacional pela Primeira Infância.

Na última seção realizamos um estudo interno na Escola Municipal de Educação Infantil Padre Gisley Azevedo Gomes no município de Morrinhos, fazendo uma análise do plano municipal de educação. Para melhor entendimento, fiz uma observação em uma sala de aula do Jardim 2, que me permitiu no final desse trabalho identificar o tema: Avaliação da aprendizagem na educação infantil

Por fim, apresentamos as considerações finais com os principais achados de nossa investigação.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVA HISTÓRICA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O percurso histórico da educação infantil está associado à constituição de uma identidade infantil, ou seja, está marcado por uma concepção de infância que se aproxima da perspectiva de criança diferenciada do adulto. É possível depreender que havia um escasso interesse pela infância. Esta é uma categoria situada no âmbito local e temporal, é reconhecida como uma invenção da modernidade, até então sem importância.

Até por volta do século XII, arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. [...]. No mundo das fórmulas românticas e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. (ARIÉS, 1981, p. 50).

Àries (1981) nos adverte que até o século XV as pesquisas indicam uma negação da infância, tendo em vista que a criança era reconhecida por ser um estágio de preparação para a vida adulta, isto é, somente um período de transição para a fase que realmente interessava. Esse olhar direcionado às crianças desde a Idade Média segue até a Idade Moderna com o mesmo pensamento, de criança como adulto em miniatura, sem ter reconhecidas as especificidades dessa faixa etária. Assim, estas são tratadas sob os mesmos padrões do mundo dos adultos.

Vale mencionar que até o século XVI, além da criança não ter suas particularidades reconhecidas, ainda era vista como um objeto para diversão, do qual os adultos só gostavam pelo prazer e alegria que proporcionavam. Quando os mesmos cresciam e não os distraíam mais os adultos, deixavam de ser interessantes.

Destacamos que, no século XVII essa ideia de criança como diversão dos adultos demarca também um período em que tem início o surgimento do sentimento de infância, e o início do reconhecimento das especificidades infantis, portanto, a criança começa a sair do anonimato com a perspectiva de criança engraçadinha, anunciando o sentimento moderno de infância. A criança “[...] era um afresco melhorado e espiritualizado da infância estudada por Ariés, para o final da Idade Média e que via a criança enquanto ser anedótico e engraçadinho” (DEL PRIORE, 2000, p.12).

Foi somente a partir do século XVIII que os adultos começaram a mudar sua concepção em relação à criança. Mas, assim mesmo, seu lugar ainda não era de privilégios na família. Com o desenvolvimento da Idade Moderna e o avanço científico, o sentimento de infância sofreu alterações, em razão de uma nova organização no modelo familiar. Ressaltamos que o processo de industrialização, promoveu novos sentidos à estrutura familiar, permitindo que ocorresse uma separação entre os campos privado e produtivo.

Neste processo de constituição da família nuclear, a criança tem uma fundamental importância, tendo em vista a emergência de novos valores atribuídos à própria identidade infantil, que passa de terreno sagrado e inviolável para o campo da criança inserida em uma estrutura de propriedade e de privatização.

A difusão internacional das instituições pré-escolares é uma nova concepção assistencial: assistência científica é postulada como proposta moderna em oposição à roda dos expostos. Podemos afirmar que situa-se nesse período o processo de institucionalização da criança, com a preocupação dos adultos em construir locais apropriados para desenvolver processos educativos para as crianças, as quais eram submetidas até então a aprendizagens no espaço familiar ou nos locais de trabalho dos pais e familiares.

Nos séculos XX e XXI reconhecidamente, a consolidação das instituições educacionais modernas têm a escola como instrumento institucional. De acordo com Bujes (2002) ocorre, portanto, a separação entre o mundo do adulto e da criança, redundando no seu enclausuramento, com vistas à manutenção da ordem, disciplina, controle e normatização das crianças pequenas, bem como novos métodos de ensino.

2.1 Aspectos Históricos da Educação Infantil no Brasil

A história da Educação Infantil brasileira tem uma configuração que se ajusta aos moldes do modelo desenvolvido mundo afora, obviamente com características particulares. Até a primeira metade do século XIX grande parte da população brasileira vivia na zona rural, onde as famílias mais abastadas assumiam para si o cuidado com as crianças órfãs e abandonadas, as quais eram em sua maioria filhos gerados a partir da exploração sexual das mulheres negras ou índias, ou mesmo filhos ilegítimos de

mulheres da alta sociedade abandonados e por vezes recolhidos nas rodas dos expostos. (OLIVEIRA, 2007).

É importante destacar que essa situação sofre alterações a partir da abolição da escravatura no Brasil, haja vista que, há um acentuado movimento de migração da população rural para a zona urbana com avanço de desenvolvimento cultural e tecnológico. Com a Proclamação da República, o Brasil começou a passar por um processo de grande industrialização e modernização.

Nesse sentido, as mulheres começam a se inserir no mercado de trabalho e as crianças não tinham onde ficar e nem para onde ir. Surgiram então as “mães mercenárias”, essas mães tinham o intuito de vender seus serviços em troca de dinheiro, em troca ofereciam o apoio as mães que precisavam para sair para trabalhar.

As “criadeiras” como eram chamadas, foram estigmatizadas como “fazedoras de anjos”, em consequência da alta mortalidade das crianças por elas atendidas, explicada na época pela precariedade de condições higiênicas e materiais – acrescentaríamos hoje – pelos problemas psicológicos advindos da inadequada separação da criança pequena de sua família. (OLIVEIRA, 2007, p. 95).

Nessas “entidades” eram cuidadas várias crianças conjuntamente, essas crianças eram maltratadas e de forma desumana, as crianças eram tratadas fora dos padrões do que seria adequado à uma criança. Nesse período, aumentou-se o número de mortalidade infantil devido a situações caóticas de higiene nas casas onde as crianças ficavam e havia a ausência da mãe, que tornava a criança mais triste e vulnerável a patologias. (JACOBS JANES, 1961).

Desse modo, o final do século XIX e início do século XX apresentam um projeto social de um país moderno assimilando o ideário liberal e a concepção do movimento da escola nova disseminados pela Europa. Nesse bojo estavam os jardins de infância. Contudo, essa ideia não contava com apoio irrestrito, tendo em vista que

[...] muitos a criticavam por identificá-la com as salas de asilo francesas, entendidas como locais de mera guarda das crianças. Outros a defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, sob a influência dos escola-novistas. O cerne da polêmica era a argumentação de que, se os jardins-de-infância tinham objetivos de caridade e destinavam-se aos mais pobres, não deveriam ser mantidos pelo poder público. (OLIVEIRA, 2007, p. 92-93).

Foi nesse contexto que surgiram as primeiras creches e pré-escolas. No começo elas eram filantrópicas, humanitárias, depois de algum tempo, elas se tornaram públicas. A creche não era defendida por todos, os quais impunham sobre a mãe a educação da criança, considerando tal instituição como um mal necessário, apoiada na ideia de sociedade moderna e civilizada, e à ideologia do progresso. Propagava-se assim a discussão sobre a preocupação com o cuidado à infância nos aspectos: social, médico e pedagógico

As creches foram implantadas com a participação de médicos e mulheres burguesas, pois, o cuidado dispensado à infância representava a imagem de civilidade. As descobertas no campo epidemiológico dotaram a medicina de uma autoridade incontestável, preponderantemente nas discussões sobre criança. Os médicos higienistas eram proprietários de pré-escolas e creches, estas teriam até funcionado como laboratórios para implementação de práticas desses médicos estudiosos. A preocupação ao combate à mortalidade imprimiu ações voltadas à puericultura, representada pelo conjunto de ensinamentos e práticas médico-sociais que visam assegurar o desenvolvimento físico, mental e moral da criança. (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil, o programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, aproximava as instituições ao prever o “desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins-de-infância) e de todas as instituições pré-escolares e pós-escolares”.

Havia uma forte preocupação com a educação pública, a escola única, ensino ativo, a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação. Propunham a disseminação de praças de jogos (posteriormente parques infantis) e jardins de infância. Até a década de 50, as creches estavam sob a responsabilidade de entidades filantrópicas tanto laicas quanto religiosas, posteriormente, além de ajuda das famílias ricas começaram a receber assistência governamental. Havia pouca valorização do trabalho orientado à educação e desenvolvimento intelectual e afetivo. (KULMANN JR, 2012).

De acordo com Oliveira (2007) a década de 60 do século passado foi marcado pela procura das creches por empregadas domésticas, as operárias, as trabalhadoras no comércio e as funcionárias públicas. Contudo, ainda era dispensado as políticas discriminatórias para a educação da criança pobre, com ações de ajuda governamental às instituições filantrópicas e assistenciais, com programas emergenciais de baixo custo,

desenvolvidos por pessoas leigas e voluntárias. Portanto, o período compreendido entre a década de 20 até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional.

A ampliação do trabalho feminino nos setores médios leva também a classe média a procurar instituições educacionais para seus filhos. O atendimento educacional de crianças em creches a partir do seu nascimento passa a ganhar uma legitimidade social para além da sua destinação exclusiva aos filhos dos pobres. “[...] as novas instituições trouxeram em seu bojo novos valores: a defesa de um padrão educativo voltado para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança pequena”. (OLIVEIRA, 2007, p. 109).

Com o aumento da procura pelas pré-escolas, a educação infantil passou por um processo de municipalização. O caráter da educação agora, ao menos no nível da legislação, não era somente compensatório ou assistencialista, a pré-escola possuía função educativa. “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes”. (BRASIL, 1971, p. 8). Muitos educadores da época discutiram o papel das creches e pré-escolas, e foi decidido elaborar novas programações pedagógicas visando o desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Os anos de 1980 foram importantes na defesa do caráter educacional das creches, sendo este uma das principais bandeiras do movimento de luta por creches. O vínculo das creches aos órgãos de serviço social fazia reviver a polêmica entre educação e assistência, que percorre a história das instituições de educação infantil, com expansão das escolas municipais de educação infantil (creche e pré-escola). No campo pedagógico existia a efervescência de questionamentos acerca das teorias compensatórias e defesa de ação pedagógica que possibilitasse o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a educação foi reconhecida como dever do Estado e direito de todas as crianças apontado no Art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. (BRASIL, 1988, p. 143). Houve uma melhoria na formação dos profissionais e crescimento em número de escolas.

Já na década de 1990, diversas formulações que tratam da educação infantil passam a enfatizar a inseparabilidade dos aspectos de cuidado e da educação da criança pequena. Nesse período, os direitos das crianças foram objetos de promulgação de outra lei em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, devido a um conjunto de normas do ordenamento jurídico Brasileiro. Essa orientação consta em seu artigo 4º:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p. 8).

De acordo com da LDB 9.394/1996, a educação infantil passa a fazer parte da educação básica:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 20).

A referida Lei estabelece a diferenciação entre a creche e a pré-escola, deixando evidente a destinação adotada por faixa etária. O Art. 30 aponta que “A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1996, p. 21).

É importante frisar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica, um trabalho que toma conhecimentos e as realidades infantis como ponto de partida e os ampliam com o auxílio de atividades que tenham significado concreto para a vida das crianças, e ao mesmo tempo devem representar espaço para que adquiram novos conhecimentos. Mediante isso, é importante que o educador que atua na Educação Infantil preocupe-se com o desenvolvimento das atividades e organização, contribuindo para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos.

A LDB/96 declara que a Educação Infantil compreende as crianças de 0 a 3 anos de idade que precisam estar em uma escola de educação infantil, prosseguindo de 4 a 5 anos de idade como pré-escola, tornando-se Educação Infantil, também um ciclo de 5

anos de formação contínua e parte integrante, constituidora da educação básica brasileira.

2.2 Avaliação da Aprendizagem: Aspectos Conceituais e Metodológicos

O ato de avaliar, por diversas vezes tem sido utilizado de forma equivocada, já que grande parte dos professores, talvez por terem aprendido desta forma, o usam como uma maneira de obter controle sob o aluno, fazendo com que a essência da ação se perca. A avaliação deve ser compreendida como uma ferramenta de auxílio ao processo de ensino/aprendizagem; o foco é o aluno. (HOFFMANN, 2007).

Avaliar na Educação Infantil é renunciar qualquer tipo de medida padrão com relação ao aluno, é não cobrar dele que tenha uma atitude determinada a partir de algum modelo pré-determinado. O aluno enquanto ser humano, não deve ser avaliado exatamente igual ao outro, como se alguma diferença fosse defeito, ele deve ter suas particularidades e características respeitadas enquanto ser único. Na LDB/96, encontra-se fundamentada a perspectiva de que a avaliação deve ter como referência o próprio aluno; seu histórico e seus registros sobre o desenvolvimento infantil. (BRASIL, 1996).

Uma avaliação coerente é a avaliação na qual a criança se encontra motivada a descobrir, conhecer, e nesse percurso é que se faz a aquisição de conhecimento, provocando evolução no aluno, o que não aconteceria espontaneamente sem sistematização, direcionamento e intervenção por parte do educador.

Com relação a isso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) sugere que a avaliação precisa ser compreendida como uma “ponte” que ajuda o professor a se nortear no que se refere à sua maneira de lecionar e a se ajustar à necessidade de aprendizagem da criança. É por meio da avaliação que o professor poderá planejar e redirecionar sua prática em consonância com os aspectos encontrados no processo avaliativo (BRASIL, 1998).

A Educação Infantil objetiva como um todo, atuar no desenvolvimento da criança. Tendo consciência efetiva dessa função, ela deve ser compreendida como meio de conquista desse objetivo, obrigatoriamente respeitando a individualidade de cada educando, não comprometendo assim seu desenvolvimento.

Entendendo então a dinâmica da avaliação e sua natureza, procuramos entender o que é a avaliação, e quais as ferramentas que o professor poderá utilizar para avaliar seus alunos.

De acordo com Luckesi (1999), a avaliação

é um tema constante em nosso dia-a-dia, na prática escolar, na interação cotidiana, em casa, em nossa trajetória profissional, durante o lazer. A avaliação sempre se faz presente e inclui um julgamento de valor sobre nós mesmos, sobre o que estamos fazendo, sobre o resultado de trabalhos. (LUCKESI, 1999, p.03).

Afim de que haja um avanço da aprendizagem de maneira satisfatória, é necessário que o professor acompanhe a criança intensivamente e a avaliação nos moldes mais conhecidos, aquela que reprova ou não, não deve existir. Sob a maneira com que deve acontecer a avaliação na educação infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais determinam que:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.). (BRASIL, 2009, p. 18).

Enfim, o que pode ser entendido nesse caso, é que a avaliação não deve ser vista para reter os alunos; mas precisa-se atentar para a postura deste enquanto ser ativo no processo ensino/aprendizagem, processo este que ocorre no cotidiano da criança, no ato de brincar, de atuar nas brincadeiras e atividades coordenadas pelo professor.

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 o ato de avaliar precisa ser executado deste modo:

A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. (BRASIL, 2009, p. 16- 17).

É imprescindível que todos os dados que envolvam a evolução da criança sejam registrados pelo professor; esse é um aspecto insubstituível do ato de avaliar. Sem

contar que possuir esses registros garante ao professor uma prática justa e perfeitamente possível de ser compartilhada com a direção da instituição e com a família da criança

Sendo assim, uma avaliação qualitativa possui o objetivo de analisar se o que o educador propôs foi conseguido. Já que a avaliação é um método de coleta e análise, ferramentas, estratégias e técnicas que aperfeiçoam a execução são significativas.

As técnicas a serem seguidas sugerem observações efetivas, que por meio de atividades motivam as crianças a quererem progredir, a se desafiarem; e assim, desta forma, o professor faz uso do que foi registrado para novas observações.

Jussara Hoffmann (2006), com relação à avaliação na educação infantil adverte que

[...] não podem ser elaborados, por outro lado, a intervalos bimestrais ou semestrais, mas devem resultar de anotações frequentes, sobre o cotidiano de cada criança, de modo a subsidiar permanentemente o trabalho junto a ela, desvelando caminhos ao educador para ajudar a ampliar suas conquistas. (HOFFMANN, 2006, p.87).

É no momento em que se recorre aos registros ocorridos que se inicia uma avaliação conexa, pois a partir daí que o processo, usando sua função de mediar, sugere/determina quais serão os alvos a serem alcançados.

2.3 Modalidades de Avaliação

Nesta parte, serão mencionados os tipos de avaliação utilizados comumente em nosso país. Sabendo que a avaliação é um dispositivo usado para a reflexão sobre práticas pedagógicas na procura de melhorias para a aprendizagem da criança, observando cada uma delas de um jeito que valorize seu dia a dia.

2.3.1 Avaliação formativa

A avaliação formativa acontece no percurso do ano letivo, e acontece sob o acompanhamento intenso do professor durante a execução das tarefas pelos alunos. Nessa modalidade de avaliação, o professor auxilia a criança em seu desenvolvimento cognitivo identificando os obstáculos de cada aluno, sendo um facilitador então, fornecendo os elementos necessários para que estes problemas sejam superados.

Para Haydt (2004),

A avaliação formativa é orientadora, pois orienta tanto o estudo do aluno como o trabalho do professor e deve ser utilizada como um recurso de motivação que causa efeitos positivos evitando as tensões que a avaliação tradicional causa. (HAYDT, 2004, p.17)

O ato de avaliar está diretamente relacionado ao ensino, de formar, num processo de interação contínua.

De acordo com Perrenoud (1999)

A avaliação é formativa quando o professor contribui para a regulação das aprendizagens no sentido de domínio, numa concepção particular dos objetivos, da aprendizagem ou da intervenção didática, não esquecendo que é preciso de um aprendiz, um professor para organizar e gerir as situações didáticas. Avaliar numa visão formativa não é somente avaliar em um momento, mas é uma ação que deve ser feita no dia-a-dia no âmbito escolar, diante das atividades propostas pelo professor, onde o professor acompanha a criança em seu desenvolvimento, conhecendo os limites e avanços no processo de aprendizagem. (PERRENOUD, 1999, p. 75)

Sobre isso, Perrenoud (1999) acrescenta que

[...]como formativa toda prática de avaliação contínua que pretende contribuir para melhorar as aprendizagens em curso, qualquer que seja o quadro e qualquer que seja a extensão concreta da diferenciação do ensino. Essa aplicação corre o risco, de um ponto de vista prescritivo, de fazer com que a ideia de avaliação formativa perca seu rigor, essa ampliação autoriza a dar contas das práticas correntes de avaliação como contínua sob o ângulo de sua contribuição almejada ou efetiva para a regulação das aprendizagens durante o ano escolar. [...] . (PERRENOUD, 1999, p.78):

Essa modalidade de avaliação não tem como meta promover alguma criança, verificar o fracasso da outra ou estabelecer parâmetros coletivos, e sim, ser auxílio no processo de ensino/aprendizagem. Portanto, nessa concepção de avaliação procura-se uma educação de qualidade para cada criança, oferecendo respeito, tratamento igualitário, e assim estimulando-os nas dificuldades e motivando-os a enfrentar o futuro.

2.3.2 Avaliação Classificatória/Somativa

Essa maneira de avaliar é talvez a mais utilizada entre várias gerações, seu objeto para mensurar o progresso do aluno é a nota. Essa modalidade de avaliação se caracteriza por usar a nota como ferramenta de medição; ela é o principal elemento da avaliação e é um padrão a ser seguido por todos. Neste processo de avaliação o rendimento é analisado coletivamente e o desempenho de cada um não é fator determinante.

Hoffmann (2000, p.22) assevera que “a avaliação classificatória se resume à decisão de enunciar dados que comprovem a promoção ou retenção dos alunos”. Esse modo de avaliar não considera aprendizados contínuos, apenas considera o que se exigiu do aluno no momento de um teste específico. O objetivo dessa modalidade de avaliação é estagnado, o aluno reprova ou é aprovado; suas dificuldades, seu histórico, seus questionamentos, nada disso importa nessa espécie de avaliação. O resultado é quadrado: Ou é um bom aluno ou é mau aluno.

Enfim, essa modalidade aceita que se crie padrões de desenvolvimento coletivo, aceita um estereótipo no momento da avaliação. Também não ajuda a criança a superar suas dificuldades, não a motiva a aprender de fato, não serve como premissa para o desenvolvimento integral.

2.3.3 Avaliação Mediadora

Hoffmann (2002) sobre a perspectiva mediadora da avaliação afirma que:

Mediação significa um estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento. Entendida nesse sentido, a avaliação mediadora é um processo espontâneo, sem ser espontaneísta. Ou seja, é espontâneo, enquanto amplia o olhar sobre a criança em suas manifestações diversas e singulares do dia-a-dia. Mas não é um processo espontaneísta, porque se fundamenta em premissas teóricas consistentes sobre o desenvolvimento infantil e na definição de objetivos significativos para a ação pedagógica, que constituem o embasamento à observação e análise cotidiana pelo professor das descobertas e manifestações das crianças. (HOFFMANN, 2002, p.31).

A ação avaliativa advém em interceder o contato da criança com a realidade, vivências e impressões que ela tem do mundo e as percepções do educador em relação à

criança e ao papel da escola. O professor deve ter bem definido em sua mente a palavra diversidade, para poder enxergar as várias realidades dos alunos e buscar entendê-los a partir de suas próprias perspectivas. Deve-se buscar um equilíbrio entre os aspectos das capacidades linguísticas, cognitivas, motoras, afetivas, sociais e interpessoais.

O critério essencial e necessário para a avaliação mediadora é que o professor conheça seu aluno, ou seja, o professor deve conhecer sua realidade, compreender sua cultura, seu modo de falar e pensar, e isto se dá “através de perguntas, fazendo-lhe novas e desafiadoras questões, na busca de alternativas para uma ação educativa voltada para a autonomia moral e intelectual. (HOFFMANN, 2000, p. 34).

Essa avaliação oferece à criança a possibilidade de ser o agente na aquisição de conhecimento, onde suas particularidades e seus pontos de vista são respeitados. Ela sugere que o processo ensino/aprendizagem seja fruto de reflexões, não de alvos coletivos a serem alcançados. Um elemento bastante significativo neste processo de avaliação é o diálogo; e é também por meio dele que a criança se envolverá com o conhecimento daquela situação a ponto de se sentir motivada a alcançá-lo.

Ao fazer uso da avaliação mediadora o professor consegue compreender cada criança como ser único, com suas singularidades, por meio do hábito de registrar suas observações e a partir daí fazer uso delas para que norteie o ensino como um processo individualizado, não como um elemento determinante de um produto criado em uma linha de produção.

2.3.4 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é cumprida no início do processo ensino aprendizagem, com o objetivo de detectar dificuldades de aprendizagem ajudando o professor no planejamento de suas ações. Para Luckesi (2000, p. 09), “[...] para avaliar, o primeiro ato básico é o de diagnosticar, que implica, como seu primeiro passo, coletar dados relevantes, que configurem o estado de aprendizagem do educando ou dos educandos”.

A avaliação diagnóstica tem função averiguar a presença ou ausência de pré-requisitos para novas aprendizagens e encontrar as dificuldades de aprendizagem tentando identificar suas causas, esta avaliação pode ser alcançada em qualquer momento do processo de ensino-aprendizagem, já que seu principal objetivo é buscar o

desempenho que resulte a uma ação, tendo em vista o redirecionamento da ação pedagógica.

A partir desse pressuposto, Luckesi (2006) sugere que a avaliação seja diagnóstica, ou seja, que os dados coletados sejam analisados não com o objetivo de aprovar ou reprovar os alunos, mas para que os professores revejam o desenvolvimento dos alunos dando oportunidades para que ele avance no processo de construção do conhecimento.

Avaliar na Educação Infantil implica em analisar a criança como um todo, suas múltiplas formas de ser, expressar e pensar, o que significa conhecer para auxiliar no desenvolvimento. (BARBOSA, 2004).

Segundo Hoffmann (2005, p. 121), as mais adequadas estratégias de avaliação “[...] são todas as tarefas e registros feitos pelo professor que o auxiliam a resgatar uma memória insubstituível do processo, possibilitando uma análise ampla da evolução da criança”.

Instrumentos de avaliação são, portanto, registros de diferentes naturezas. Ora é o aluno que é levado a fazer os próprios registros, expressando o seu conhecimento em tarefas, testes, desenhos, trabalhos e outros instrumentos elaborados pelo professor. Ora é o professor quem registra o que observou do aluno, fazendo anotações e outros apontamentos. Quanto mais frequentes e significativos forem tais registros, nos dois sentidos, melhores serão as condições do professor de adequar as ações educativas às possibilidades de cada grupo e de cada aluno. (HOFFMANN, 2005, p. 119).

A avaliação tem que ser caracterizada como um processo de cooperação entre professores e alunos, com isso deverão estar sempre no mesmo ritmo, acompanhando e interagindo entre si para que essa avaliação seja realizada com sucesso.

3A AVALIAÇÃO SOB O PRISMA DOS DOCUMENTOS LEGAIS

Nesta sessão será apresentado alguns documentos legais que descreve os tipos de avaliação que são utilizados diariamente em nosso país.

3.1 Contexto

A avaliação na Educação Infantil é tema de inquestionável importância, além de estar sempre em pauta nas políticas públicas há pelo menos vinte anos. Porém, mesmo que extra oficialmente, antes disso, seja na prática do professor, ou em outros ambientes, o ato de avaliar é algo comum no dia a dia.

O tema entra na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no calor do embate entre visões teóricas e práticas opostas – umas querendo adotar na educação infantil os mesmos procedimentos usados nas etapas seguintes da educação básica, constituídos de provas, testes e trabalhos aos quais se atribuem conceitos e notas; outras, preconizando a observação e o registro dos comportamentos e atitudes, das expressões e produções das crianças. As primeiras, pretendendo identificar progressos ou atrasos, deficiências ou a não realização das aprendizagens esperadas. As outras, almejando reunir um conjunto de indicadores capazes de produzir uma percepção sempre mais aproximada do processo de construção de conhecimentos e desenvolvimento de cada criança para exercer mais eficazmente sua mediação (DIDONET, 2012, p. 02).

A LDB/96 determina os lugares que a avaliação deve estar para que não ultrapasse nenhuma diretriz legal, e isto serve também para os professores de educação infantil que deve consolidar um único artifício quanto a avaliação na educação infantil.

A LDB não trata da avaliação da política da educação infantil, mas dos processos internos de acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem das crianças, ou seja, do microambiente criado pela atividade educacional da creche e da pré-escola: o que ela está sendo para as crianças enquanto sujeitos de desenvolvimento integral, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social (BRASIL, 1996, p. 17).

Os documentos que vieram após esse condicionamento limitado pela LDB oferecem sugestões sobre como cumprir essas obrigações no que diz respeito à avaliação; e ainda ampliam este universo, envolvendo nesta questão espaços fora da instituição escolar. Sendo assim, colocam um modelo de qualidade para o objetivo ser alcançado, levantando leis para que sejam usadas como instrumentos de avaliação.

Nesse sentido, o art. 31 define que “[...] na educação infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. (BRASIL, 1996, p. 17).

O que se compreende sobre como se constrói o conhecimento, sobre como se desenvolve o indivíduo e sobre a obrigação de se matricular a criança aos quatro anos na escola, são os motivos da existência do artigo 31. Já que nada pode ser motivo de impedimento (a não ser a idade) para se adentrar em uma pré-escola.

3.2 Referenciais Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil – RCNEI (1998)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) foi construído em três volumes. O volume 1 refere-se à introdução. O volume 2 refere-se ao Âmbito de Experiência Formação Pessoal e Social, e o volume 3 é concernente ao Âmbito de Experiência Conhecimento de Mundo.

Esse documento pretende ajudar na construção do planejamento colocando em foco a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras. Sendo assim, é o documento que mais fala especificamente da avaliação na Educação Infantil, é um documento feito diretamente ao educador, para que seja usado como norteador de sua prática.

O RCNEI define avaliação como:

[...] um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo” (BRASIL, 1998, p. 59).

Esse documento determina o registro como o instrumento mais adequado para avaliar.

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças no mesmo tempo que revelam suas particularidades (BRASIL, 1998, p. 58).

O RCNEI sugere diversas maneiras de usar estes instrumentos. Ele diz que, a priori, o modo mais indicado é a escrita. Sem dizer que a escrita demarca o olhar indispensável do professor para que observe sobre seu *modus operandi* e sobre modo de viver dentro da escola de cada aluno.

3.3 Política Nacional de Educação Infantil: Pelo Direito das Crianças de Zero a Seis anos à Educação(2003)

A Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação (2003) se constitui como um documento que se refere à avaliação na Educação Infantil como elemento a ser acatado nos aprendizados crescidos dentro das instituições que acolhem essas idades. Esse documento atende a avaliação no que tange às práticas pedagógicas e política. “Garantir a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos da realidade da educação infantil no país para orientar e definir políticas públicas para a área” (BRASIL, 2003, p. 18). Esta é uma meta que pode ser relacionada à avaliação. O ponto de vista deste documento são novas políticas ou aprimoramento das políticas já existentes.

Nesse documento, a educação infantil acontece em um processo diferenciado, sendo assim, seu método avaliativo deve acontecer levando em consideração o desenvolvimento individual. Para tanto, as avaliações ocorrem por meio de observação, o que possibilita perceber o avanço de cada criança em seu desenvolvimento cognitivo e motor.

3.4 Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – 2006

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), reforça o que dispõe o Plano Nacional de Educação (2001) que determina o objetivo de “estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria de qualidade” (BRASIL, 2001)

Esse documento foi preparado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e propõe referências de qualidade para a Educação Infantil, com o objetivo de desempenhar a meta da Educação (MEC) que indica a construção coletiva das políticas públicas para a melhoria real na qualidade da educação para todas as crianças de 0 a 6

anos. Nesse documento a avaliação depende do conceito de qualidade que se adota. O documento resume as seguintes características da qualidade:

- a) é um conceito socialmente construído, sujeito a constantes negociações;
- b) depende do contexto;
- c) baseia-se em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades;
- d) a definição de critérios de qualidade está constantemente tensionada por essas diferentes perspectivas. (BRASIL, 2006, p. 24).

Sob estas especificações, alguns aspectos que a partir do ponto de vista de “qualidade”, são necessários serem avaliados: as políticas para a Educação Infantil, sua implementação e acompanhamento; as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil; a relação estabelecida com as famílias das crianças, a formação regular e continuada dos professores e demais profissionais, a infra estrutura necessária ao funcionamento dessas instituições.

Este documento guia as instituições escolares a respeito da avaliação. A contribuição desse documento é estabelecer os parâmetros ou sinalizações do que deve ser feito nos estabelecimentos de Educação Infantil. Um instrumento de avaliação deve ser construído ou adotado para verificar e registrar o cumprimento daqueles parâmetros de qualidade.

3.5 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil -2009

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, guiam a coordenação das instituições que se dedicam ao atendimento de crianças, elas são de caráter mandatório e colocam novas exigências para as instituições. Essas apregoamos princípios éticos, políticos e estéticos que devem basear as propostas pedagógicas, Tais diretrizes abordam a avaliação de forma mais minuciosa e específica, norteadas adequadamente a prática pedagógica.

- Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:
- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2009, p. 29).

As Diretrizes Curriculares apontam no que se refere à atuação, a prática pedagógica e o desenvolvimento do aluno. Reforça o que preconiza a LDB/96 no impedimento de procedimento avaliativo que vise à seleção, promoção, retenção ou classificação das crianças.

3.6 Indicadores da Qualidade na Educação Infantil – 2009

Este documento foi criado pela coordenação do Ministério da Educação em 2009 e é um instrumento de auto avaliação da qualidade das escolas de educação infantil, que tem um método aberto para toda a comunidade. Sendo assim, ele pretende ajudar as escolas de educação infantil a encontrar seus próprios caminhos nas práticas educativas para construir uma sociedade mais democrática.

É um instrumento a ser usado pelos estabelecimentos educacionais para conhecer a qualidade da educação infantil realizada, em seus diferentes aspectos, e elaborar sucessivos planos de correção de falhas e contínuo aperfeiçoamento das práticas. É, por isso, um processo de auto avaliação, do qual participam a direção, os técnicos, os professores, auxiliares, as famílias e a comunidade. Quer que se analise o contexto, nos seus aspectos culturais e nas condições objetivas locais, “[...] por esse motivo, o processo de definir e avaliar a qualidade de uma instituição educativa deve ser participativo e aberto [...]” (BRASIL, 2009, p. 12).

Participativo e aberto não significa que, qualquer rumo ou qualquer referencial seja, válido – diz o documento – pois há princípios e diretrizes nacionais firmadas em legislação e constitutivos de práticas pedagógicas reconhecidas como boas, que servem de referência. Os indicadores de qualidade foram definidos a partir dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Dessa forma, se mantém a coerência

entre as normas e orientações gerais e a análise local das condições de oferta da educação infantil. (DIDONET, 2012).

3.7 Plano Nacional pela Primeira Infância –PNPI 2011-2022

Este plano resumido foi criado em dezembro de 2010 e nele estão traçados os objetivos, diretrizes e metas gerais que todo país precisará exercer em cada um dos direitos das crianças, acompanhado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No capítulo sobre a educação infantil, o PNPI estabelece as seguintes funções da avaliação:

- a) uma função prática imediata: fornecer dados para a correção, ajustes e tomada de decisões ao longo do processo. Ela colhe dados de processo em vista dos objetivos e metas finais. Para essa função, ela funciona articuladamente com o Acompanhamento e Controle.
- b) uma função de envergadura maior: fazer crescer o conhecimento sobre políticas e ações para a primeira infância (que estratégias funcionam, mecanismos operacionais eficientes e eficazes, articulação de políticas, integração de ações de diferentes setores, formas de colocar a criança como sujeito das ações, participação dos diferentes atores, entre eles as famílias e as crianças etc. (BRASIL, 2010, p. 106).

A primeira função é realizada no âmbito interno do plano e serão utilizados métodos e procedimentos simples para que todos sejam ouvidos e mostrem suas sugestões e percepções para construir os processos e chegar aos resultados esperados.

A segunda função é desempenhada externamente, e recomendado a contratação de uma instituição como Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a infância - UNICEF, Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS que já contém experiência em avaliação na primeira infância.

O plano tem a preocupação de assegurar que a primeira infância de toda criança aconteça de modo a lhe oferecer qualidade de vida e segurança para seu total desenvolvimento como pessoa, isto inclui a educação infantil.

4 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE MORRINHOS

A cidade de Morrinhos é um município brasileiro que está localizado na região sul do estado de Goiás. Sua população estimada em 2012 pelo IBGE era de 42.135 habitantes. O nome Morrinhos foi escolhido para identificar o Município, devido à existência de três acidentes geográficos na região: Morro do Ovo, Morro da Cruz e Morro da Saudade. A distância de Morrinhos até Goiânia (capital do estado de Goiás) é de 128 km, 184 km de Anápolis (Capital Econômica de Goiás e cidade do porto seco), 336 km de Brasília (capital Federal) e 56 km de Caldas Novas (maior estância hidrotermal do mundo).

Figura 1 - Localização de Morrinhos



Fonte: Extraído do site da Prefeitura Municipal de Morrinhos.

Morrinhos tem destaque no passado histórico do estado de Goiás, tendo lançado grandes nomes e intelectuais para a memória goiana. Esse passado chega até os dias de hoje, impulsionando a mudança e o desenvolvimento. Segundo ao site da prefeitura municipal de morrinhos, a cidade está preparada para os desafios e para o crescimento de quem investe em educação, tecnologia e no principal: a qualidade de vida de seus moradores.

4.1 A Avaliação a partir das Fontes Documentais

De acordo com a LDB/96, no título IV, que trata da organização da Educação Nacional, o Art.11, do parágrafo V estabelece que:

Os municípios incumbir –se- ao de:[...]oferecer educação infantil de creches a pré-escolas e, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino, quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal a manutenção e desenvolvimento do ensino.(BRASIL,1996, p. 71).

Sendo assim, o município tem o desafio de trabalhar junto e colaborar com o estado, tendo um compromisso maior com as crianças oferecendo a Educação Infantil com competência e recursos adequados.

De acordo com o Plano Municipal de Educação de Morrinhos, o município atende as crianças de 0 a 5 anos na Educação Infantil em 15 estabelecimentos, sendo 4 creches urbanas, 3 escolas de educação infantil rural e 8 escolas de rede privada.A infraestrutura das escolas ainda não está totalmente adequada para o atendimento dessas crianças, conforme os requisitos básicos, havendo necessidades de mudanças, mesmo assim, não medem esforços para atender às crianças.

Quadro 1- Instituições de Educação infantil de Morrinhos

Nome da Instituição	Localização	Turmas atendidas
Escola Municipal de Educação Infantil Infância Protegida	Bairro Sol Nascente	Berçário; Maternal I, Maternal II, Maternal III, Jardim I e Jardim II.
Escola Municipal de Educação Infantil Padre Gisley Azevedo Gomes	Bairro Bela Vista	Berçário, Maternal I, Maternal II, Maternal III, Jardim I e Jardim II.
Escola Municipal de Educação Infantil Terezinha Corcelli	Bairro Santa Fé	Berçário, Maternal I, Maternal II, Maternal III, Jardim I e Jardim II.

Nome da Instituição	Localização	Turmas atendidas
Escola Municipal de Educação Infantil Dona Lourdes Gentil de Mello	Bairro Centro	Berçário, Maternal I, Maternal II, Maternal III, Jardim I e Jardim II.
Escola Municipal de Educação Infantil Diácono Diogo Apolinário	Bairro Santos Dumont	Berçário, Maternal I, Maternal II, Maternal III, Jardim I e Jardim II.

Fonte:Construído pela autora

As escolas de Educação Infantil foram criadas em 19 de fevereiro de 2009, reaproveitando e adequando os espaços já construídos das antigas creches, com isso, a principal mudança foi à adoção de processo pedagógico, bem como a presença de pedagogos. De acordo com o referido documento, as propostas pedagógicas devem respeitar três importantes princípios:

- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito a ordem democrática.
- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (MORRINHOS, 2015, p. 22).

Visando melhorar a Educação Infantil, o município aos poucos vem se adequando em relação ao trabalho pedagógico, didática e posteriormente avaliação direcionada à educação infantil.

A educação infantil ainda se encontra num processo de implementação, o que pode ser percebido em sala de aula diariamente, bem como nos diversos momentos em que as crianças são avaliadas. É preciso uma reflexão sobre em que momento a avaliação se faz necessária na educação infantil e em que moldes esta vem sendo traçada no município de morrinhos.

A avaliação deve estar adequada ao processo de desenvolvimento cognitivo e motor individual de cada criança considerando suas habilidades e competências já adquiridas, esperando-se resultados satisfatórios. Segundo o Plano Municipal de Educação, a secretaria municipal de educação tem se empenhado para que todos os

professores que atuam na educação infantil tenham um olhar diferenciado ao processo de ensino avaliando por meio de diferentes ações e critérios de modo contínuo e significativo.

Baseando se em observações foi possível perceber uma alternância nesse modo avaliativo, partindo sempre de um diagnóstico de cada sala em que o professor consiga criar um elo entre o ensino e aprendizado na educação infantil.

4.2 O Cenário da Investigação: A Escola de Educação Infantil Padre Gisley

Azevedo Gomes

A Escola de Educação Infantil Padre Gisley Azevedo Gomes está situada à rua BV3 eq. com a BV11, Quadra. 17, setor Bela Vista. Foi criada em 2015, devido à necessidade da comunidade em atender às crianças que ficavam fora da escola e as que não tinham com quem ficar enquanto suas mães trabalhavam. (MORRINHOS,2017).

As instituições de Educação Infantil ainda hoje são percebidas como espaço em que as mães colocam seus filhos para inserirem-se no mercado de trabalho. Mesmo com toda discussão em torno do caráter educativo da Educação Infantil, permanece nos dias atuais a função de guarda e zelo, especialmente na visão das famílias.

A Prefeitura Municipal de Morrinhos ofereceu o terreno com 4.052 m²e buscou meios para a construção de um espaço físico e de materiais através de convênios com o Estado.

A construção foi concluída em meados de agosto de 2015. A inauguração deu-se no dia 10 de outubro do mesmo ano. A instituição possui uma área de 4.052 m²contendo dezessete salas no total, sendo: duas salas contendo dois banheiros com chuveiro e duas pias cada, dois berçários, sala de professores, direção, coordenação, secretaria, sala de vídeo, refeitório, dois almoxarifados, lavanderia, cozinha para preparar alimentos e duas dispensas.

O nome Padre Gisley Azevedo Gomes foi escolhido com a participação da comunidade, haja vista que foram propostos vários nomes e escolhido o mais votado e aceito por todos. O nome foi proposto pelo ex-prefeito de Morrinhos e bem aceito pela população, porque Padre Gisley era assessor nacional do Setor Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e foi uma pessoa muito boa para os jovens murrinhenses dentro e fora da igreja, ele ajudava os adolescentes que tinham algum envolvimento com drogas. O mesmo tentava combater as drogas com suas próprias

mãos, passado algum tempo o padre foi transferido para Brasília e lá foi assassinado por traficantes, por causa desse trabalho que ele tinha muito orgulho e prazer de executar, por esse e vários motivos a escola é uma homenagem para esse guerreiro.

Segundo plano municipal de educação a escola é um órgão dependente da Secretaria Municipal de Educação, e tem como órgão mantenedor a Prefeitura Municipal de Morrinhos. Acolhe crianças com idade entre 06 meses a 5 anos, vindo de várias localidades da própria região e cumpre carga horária de 40 horas semanais, com início às 7h e término às 17h. A Escola acolhe 180 alunos matriculados. Hoje tem uma clientela de: 10 crianças de 6 meses a 1 ano (berçário); 15 crianças de um ano (Maternal I); 34 crianças de dois anos (Maternal II); 44 crianças de três anos (Maternal III); 39 crianças de quatro anos (Jardim I) e 38 crianças de cinco anos (Jardim II).

A Escola Municipal de Educação Infantil, ao iniciar o trabalho com as crianças na faixa etária de 6 meses a três anos, tem por objetivo realizar uma intervenção educativa, potencializando a observação para o desenvolvimento da autoestima e da interação entre elas e o adulto. Essa interação deve fundamentar-se numa parceria entre pais e educadores para que juntos possam colaborar no desenvolvimento integral das crianças e para que estas possam construir sua identidade com progressiva autonomia pessoal. (MORRINHOS, 2017).

A escola tem como objetivo inserir atividades educativas pedagógicas desde 6 meses de idade para que as crianças comecem a desenvolver a observação, identidade, coordenação motora e principalmente a interação entre elas.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, é indispensável marcar os espaços individuais e coletivos por meio da assimilação dos objetos pessoais e de atividades que envolvam brincadeiras e cantigas num contexto lúdico e afetivo, por exemplo, organizar a sala, onde haja num canto, instrumentos musicais, nos outros, brinquedos de faz de conta e brinquedos de encaixe, permitindo que as crianças possam rodar livremente entre um e outro, exercitando sua escolha, tanto em inclusão às atividades como em relação aos parceiros, porém isso não é feito na prática, somente no papel.

As atitudes e procedimentos de cuidados são desenvolvidos com intencionalidade educativa visando assegurar as necessidades de afeto, alimentação, integridade corporal e psíquica durante o período do dia em que elas permanecem na instituição. Por exemplo, atividades como o banho e a massagem são oportunidades para explorar o próprio corpo. Assim como, proporcionar atividades

motoras, modificando as posições das crianças quando sentadas ou deitadas, de modo a desenvolver o equilíbrio e a coordenação. (MORRINHOS,2017, p. 17).

Nesse aspecto, a escola almeja que os processos de acréscimo das capacidades biológicas, psicológicas e sociais apareçam, primeiramente externamente, na relação da criança com os outros sujeitos. No plano externo, os significados são repartidos por meio das formas de interferências simbólicas. Num segundo momento, esses significados passam a construir a própria consciência da criança e a adaptar o funcionamento dessa consciência no plano interno.

Para as crianças de quatro a cinco anos de idade, as atividades lúdicas são as mais predominantes em todos os aspectos para o seu desenvolvimento, por meio das brincadeiras que elas vão vivenciando dia a dia. As brincadeiras devem ser organizadas de acordo com os conteúdos a serem trabalhados dentro da sala de aula, tendo também a função de educar e cuidar.

Os projetos também são formas de planejamento de trabalho de extrema importância, para que a instituição possa atender as necessidades da clientela de forma programada e contínua, permitindo uma aplicação de múltiplas atividades contextualizadas de acordo com as capacidades de desenvolvimento das crianças.(MORRINHOS,2017, p. 41).

Os projetos pedagógicos são essenciais para que acontece a contextualização dos conteúdos com o dia a dia, permitindo várias maneiras de desenvolvimento e múltiplas formas de ser entendido.

4.3 Avaliação da Aprendizagem sob o Olhar da Escola Padre Gisley

A avaliação mais utilizada na escola é a observação, que é um dos importantes instrumentos para que se obtenham dados sobre o processo de aprendizagem de cada criança, reorientam a prática pedagógica e permitem a construção de planejamentos propondo situações capazes de gerar novos avanços. Segundo o Plano Político Pedagógico, a avaliação se dá de forma sistemática e contínua, a princípio houve um levantamento inicial para alcance de informações sobre os conhecimentos prévios que as crianças possuem, com isso define-se melhor objetivos e adequam-se a prática.

Aproveita-se as inúmeras ocasiões em que as crianças falam, leem e registram, e após a observação retornam para as crianças a respeito de suas conquistas.Com isso, observa-se que a criança reconhece e utiliza gestos, expressões, construiu um repertório

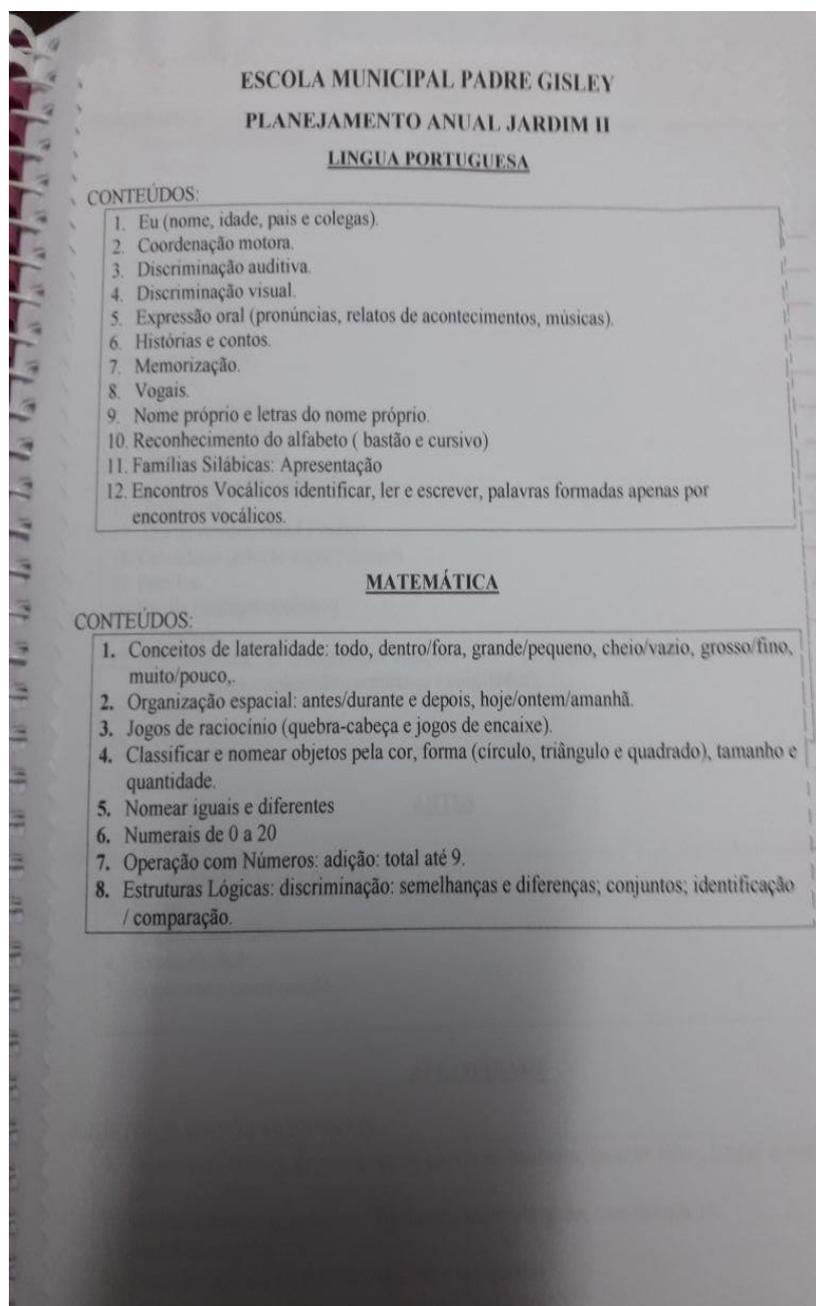
de palavras, frases e expressões verbais para fazer perguntas e pedidos. Ainda sobre as práticas de oralidade, observa-se que a criança ampliou seu vocabulário, incorporando novas expressões de cortesia. É sob esse olhar que compreendemos que “o educador que avalia a aprendizagem é o adulto da relação pedagógica; por isso deve possuir disposição de acolher o que ocorre como educando e, a partir daí, encontrar um modo de agir que seja construtivo”. (LUCKESI, 2011, p. 268).

No que tange as práticas de leitura numa faixa etária mais avançada (5 a 10 anos), observa-se as crianças procuram livros de história ou outros textos, se consideram ilustrações ou outros indícios para anteciper o conteúdo dos textos, se realizam comentários entre outros. E nas práticas de escrita e de produção de textos, observa-se as crianças se interessam por escrever seu nome e outros nomes, se recorrem a escrita ou propõe que se recorra quando tem de se dirigir a um destinatário ausente. Mesmo sem a exigência de que as crianças sejam alfabetizadas aos cinco anos, todos os aspectos envolvidos no processo da alfabetização devem ser considerados. Esses critérios são compreendidos como referência que permitem a análise do avanço no processo, considerando que esses avanços não são lineares, nem idênticos entre as crianças.

No que diz respeito à avaliação da aprendizagem o PPP da instituição, apregoa que:

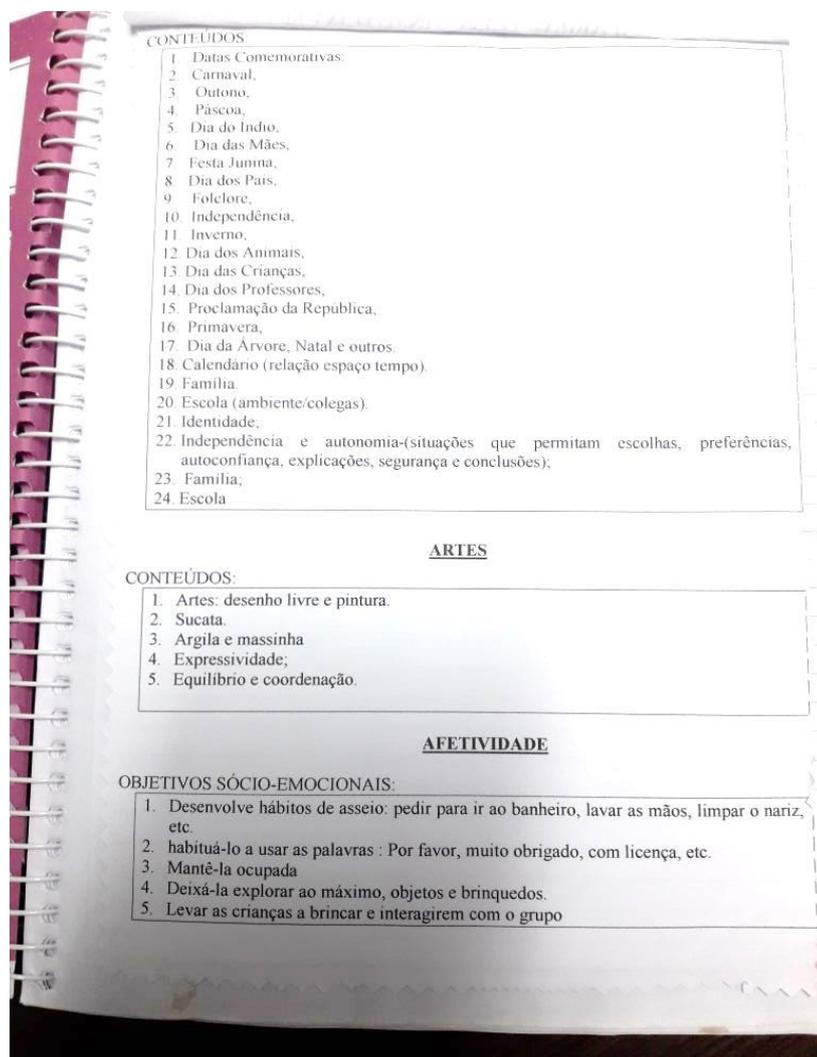
A Escola Municipal de Educação Infantil, adota a avaliação institucional, como um instrumento auxiliar necessário para a tomada de decisões plausíveis. Reunindo os dados mais significativos, redimensionamos as ações tomadas pelos profissionais desta Instituição, visando identificar a realidade qualitativa da produtividade e das condições de ensino.

As avaliações são dadas de forma que cada criança saiba exatamente o que fazer e como executar cada questão que está colocada na avaliação, existe a avaliação feita no papel que tem o objetivo de medir algum tipo de conhecimento, porém, a professora considera mais o desenvolvimento do aluno durante o ano, que ela observa passo a passo de cada um diariamente.

Imagem 3:3Planejamento da turma - Língua Portuguesa e Matemática

Fonte: Arquivo da professora.

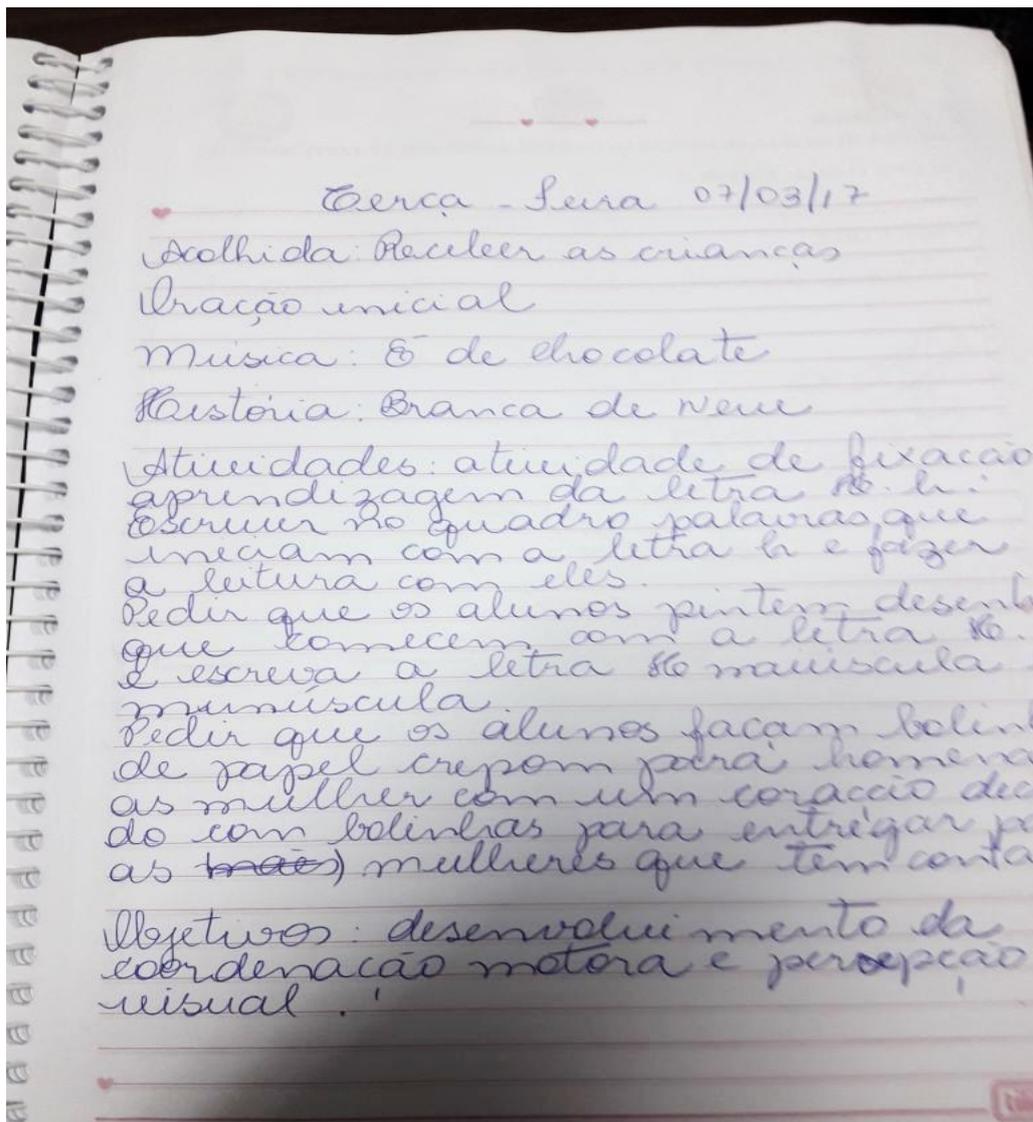
Imagem 2 - Planejamento da turma. Conteúdos diversos



Fonte: Arquivo da professora.

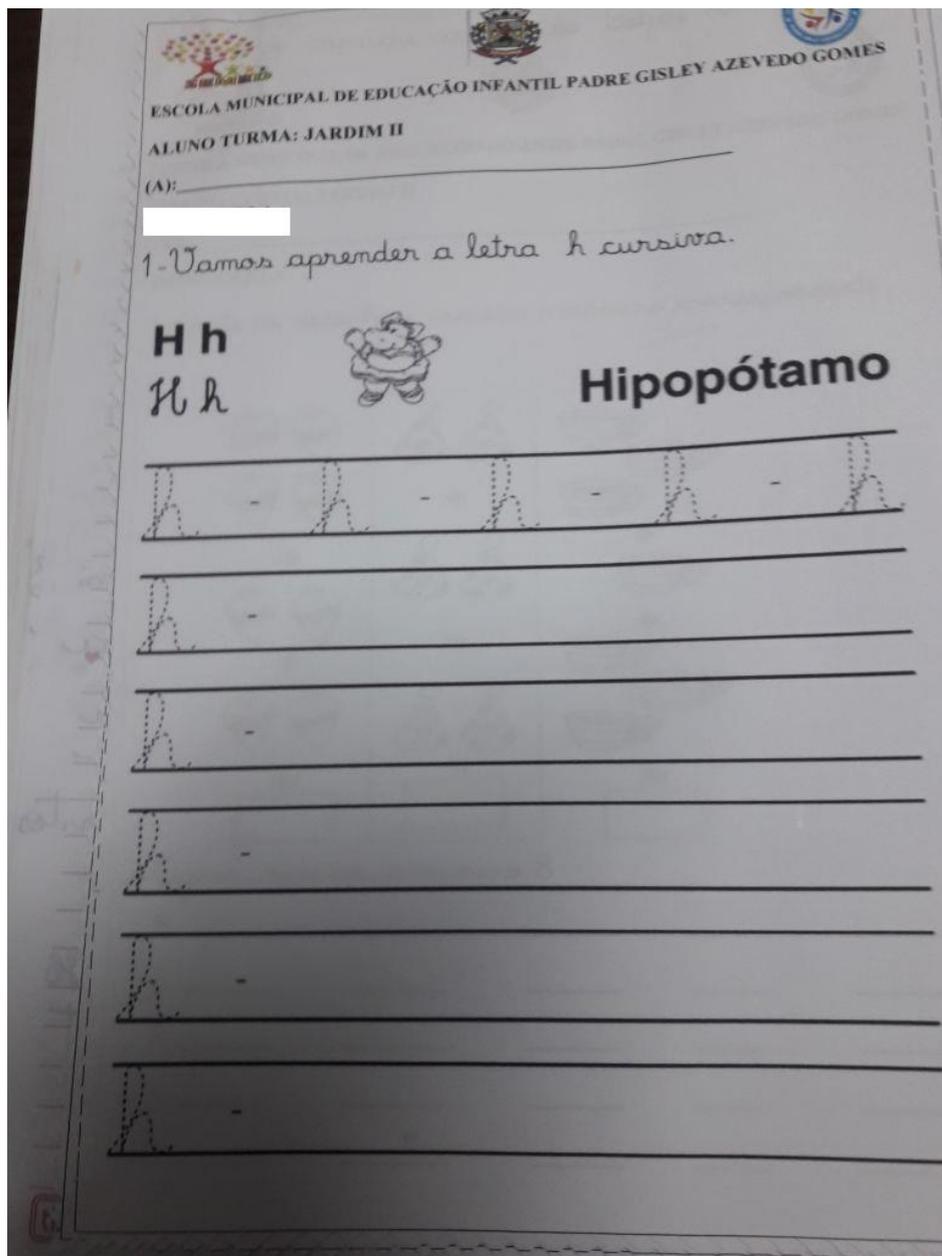
A sala escolhida para observação foi o Jardim II, composta por 30 alunos de vários bairros diferentes, cada um com suas particularidades e dificuldades. Independente disso a sala é bem tranquila e a professora com auxílio de duas monitoras consegue passar todo conteúdo que é definido ela secretária municipal de educação como: datas comemorativas. higiene; saúde; corpo humano; natureza; meios de transporte; meios de comunicação; trânsito; identidade direitos e deveres ;órgãos do sentido; animais; socialização; expressividade; artes; música; dança; teatro; vivência de práticas culturais, brinquedos e brincadeiras, equilíbrio; profissões; formas geométricas; agrupamentos/ quantidades/ classificação; medidas; noções de tempo; exploração de espaço; alimentação. Cada aluno aprende e entende no seu tempo.

Imagem 3-Planejamento – atividade para fixar o conteúdo trabalhado



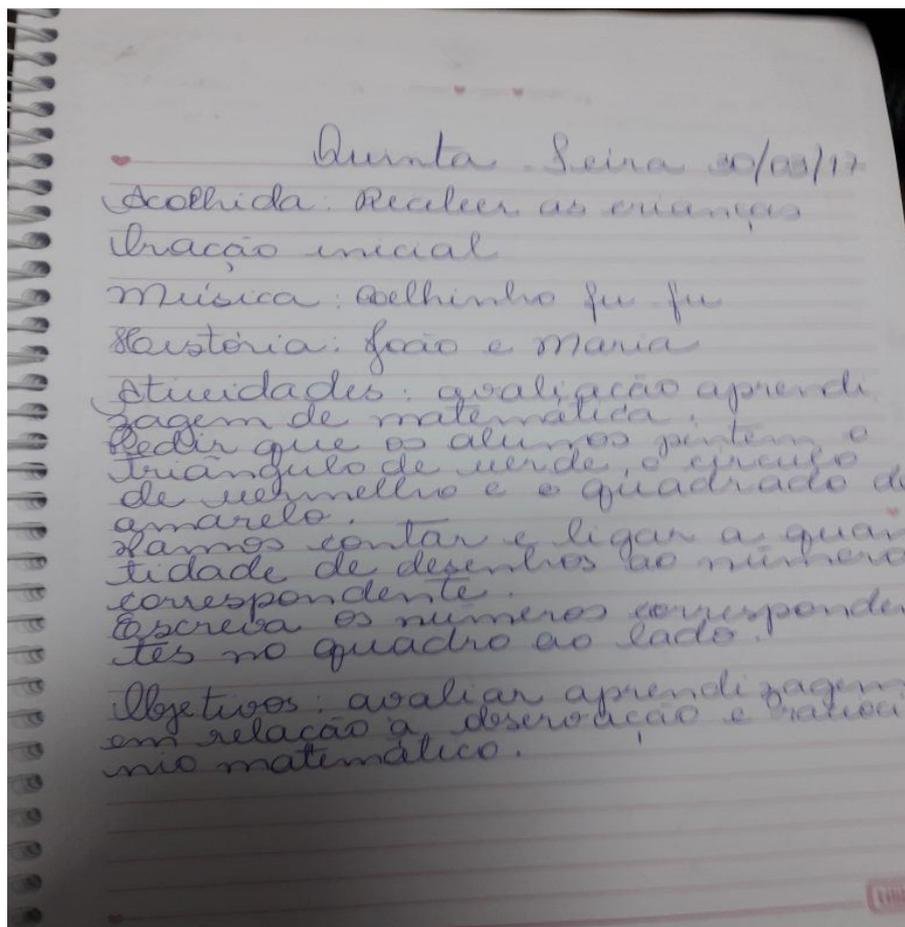
Fonte: Arquivos da professora

A imagem mostra o plano individual da professora feito semanalmente com intuito exclusivo de contribuir para o aprendizado da turma a partir de um diagnóstico já estabelecido entre o professor e turma, e ele é colocado em prática todos os dias dentro da sala de aula.

Imagem 4 -Atividade para fixar o conteúdo trabalhado

Fonte: Arquivos da professora

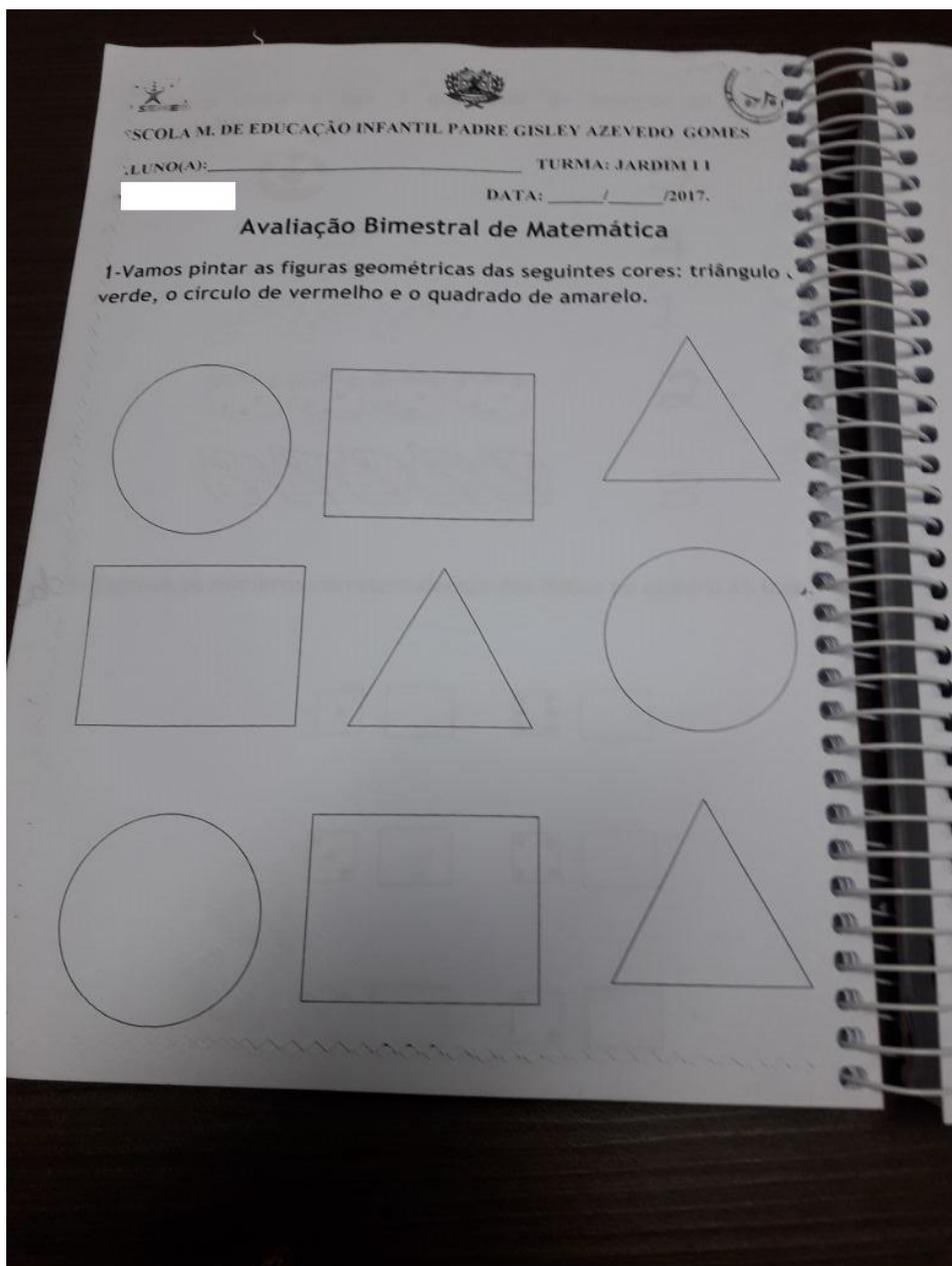
Esta imagem mostra uma das atividades isoladas desenvolvida em sala de aula estabelecendo uma relação da criança com a escrita.

Imagem 5 - Planejamento – atividade avaliativa

Fonte: Arquivos

da professora

Esta imagem evidencia um planejamento de aula com aplicação de avaliação dando ênfase ao papel desta no processo de desenvolvimento infantil.

Imagem 6 – Atividade avaliativa

Fonte: Arquivo da professora

Nesta imagem podemos observar a avaliação individual para percepção de desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes dentro da proposta curricular da série.

Nessas avaliações é levado em conta o caminho percorrido por cada criança sem análise e rótulos e isso faz com que o professor repense a sua didática. Sendo assim, essas avaliações devem aumentar a visão do professor para cada acontecimento dentro da sala de aula.

Destarte, podemos inferir que a professora parte do pressuposto que a avaliação não pode ser utilizada somente com fins de classificar os alunos. Considera que é preciso redirecionar o sentido da avaliação, tendo em vista que esta deve ter como função principal “[...] fornecer sobre o processo pedagógico informações que permitam aos agentes escolares decidir sobre intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários em face do projeto educativo definido coletivamente [...]” (ROMÃO, 2003, p. 57).

Nesse sentido, a professora busca compreender o nível de desenvolvimento das crianças a partir de comparações com registros anteriores. “A avaliação consistirá em estabelecer uma comparação do que foi alcançado com o que se pretende atingir. Estaremos avaliando quando estivermos examinando o que queremos, o que estamos construindo e o que conseguimos, analisando a sua validade e eficiência. (SANT’ANNA, 2013, p. 23-24).

As crianças dessa idade não devem ser submetidas diariamente somente a teste escritos, elas se sentem muito pressionadas e às vezes por causa de tanta tensão elas terão uma certa rejeição à escola. A avaliação pode ser estabelecida tendo como base a comparação da realidade do aluno com processos anteriores desse mesmo aluno.

Avaliar é diagnosticar, e diagnosticar, no caso da avaliação, é o processo de qualificar a realidade por meio de sua descrição, com base em seus dados relevantes, e a seguir, pela qualificação que é obtida pela comparação da realidade descrita com um critério assumido pela qualidade desejada. (LUCKESI, 2012,p. 276).

A partir da observação desses documentos inferimos que a avaliação da aprendizagem na educação infantil precisa estar comprometida com o acolhimento das crianças por parte da professora, ou seja, é preciso identificar as possibilidades de ação junto as crianças no sentido de buscar soluções para os impasses, e não apenas constatar que há problemas e não agir sobre eles. Portanto, o desejo de investir em soluções novas podem implicar em possibilidades de sucesso no campo educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciamos, na primeira seção a educação infantil vem sendo modificada ao longo dos anos primeiramente existia apenas o cuidado, sem a existência do trabalho pedagógico presente na atualidade nas escolas de educação infantil, com isso, ficou evidente que a Educação Infantil ainda encontra dificuldades de adequação quanto ao seu papel essencial de formadora de crianças.

Na segunda seção foi feita uma análise das diretrizes norteadoras da Educação Infantil, bem como dos processos de avaliação para se fazer uma reflexão com um olhar criterioso quanto ao que se prevê para avaliar em sala creche e pré-escola e o que de fato vem sendo adotado e executado na prática das salas de aulas, utilizando o RCNEI como fundamento teórico, fica evidente a necessidade de avaliar considerando o aluno como sujeito central deste processo de ensino, fazendo uma relação entre Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases, a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos a educação, os Parâmetros Nacionais de qualidade para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Indicadores de Qualidade na Educação Infantil e o Plano Nacional pela Primeira Infância. Foi possível compreender a necessidade de avaliar, respeitando cada etapa e o desenvolvimento da criança por meios de diferentes métodos avaliativos.

A última seção foi dedicada a um estudo interno na Educação Infantil no município de Morrinhos buscando fazer um paralelo entre o que se prevê nas normas e o que tem acontecido nas escolas de Educação Infantil da cidade, nessa seção foi feita uma análise aprofundada do plano municipal de educação para assim compreender a estruturação e a composição das escolas de Educação Infantil segundo as diretrizes municipais. Ainda nessa seção, nos dedicamos a consolidar a pesquisa por meio de observação em uma sala de aula do Jardim II o que nos permitiu ao final deste trabalho identificar que o tema avaliação da aprendizagem na educação infantil ainda deve ser assunto de muitos debates e pesquisas para que este seja instrumento para a melhoria e avanço na educação infantil.

Ao término desta pesquisa, pudemos constatar a importância de refletirmos de forma aprofundada sobre as avaliações que vêm sendo aplicadas na Educação Infantil. Ao longo desses meses de leituras e reflexões sobre o assunto, ficou mais evidente ainda

a necessidade de se compreender e valorizar a Educação Infantil como o alicerce da educação básica do nosso país, considerando a avaliação como um fator essencial para o desenvolvimento de uma criança

Ao final, fica notório que a avaliação passa por diversos caminhos até chegar na sala de aula. Assim, é necessário que observemos os caminhos percorridos para que a mesma chegue para as crianças como um instrumento facilitador em sua formação, presente em seu cotidiano de modo intencional e agradável para que não engrossemos o índice do fracasso escolar existente em nosso país.

6 REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. A descoberta da Infância. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. O acompanhamento das aprendizagens e a avaliação. **Revista Pátio Educação Infantil**. Ano II, No. 4. Abr./jul., 2004.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 15-80.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e Maquinarias**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. ed. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2017.
- BRASIL Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 18 nov. 2017.
- BRASIL. Lei 8.069/90 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus. Brasília, Brasília, 1971. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998b. v. 1
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3748-parecer-dcnei-nov-2009&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 nov. 2017.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação, Brasília, 1998. V. 1
- BRASIL **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação, Brasília 1998. V. 2

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** – Volume 3, Conhecimento de Mundo, Ministério da Educação, Brasília 1998.V. 3

DEL PRIORE. M. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FERREIRA, Wolgran Junqueira. **Comentários à Constituição de 1998**. Vol. 1, Julex Livros, 1989.

HADIJI, C. **Avaliação desmitificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002.

HISTORICO DE MORRINHOS, DISPONIVEL em:

http://morrinhos.go.gov.br/site/?page_id=20. . Acesso em:13 fev. 2018)

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora: Uma prática em Construção da Pré-Escola à Universidade**. Porto alegre: educação & realidade, 2000.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre. Mediação. 1998.

KUHLMANN, Junior Moysés Instituições pré-escolares assistencialista no Brasil (1899-1922). In: KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LEBOULUCH, J. **O Desenvolvimento psicomotor do nascimento até 6 anos**. 5ed. Porto Alegre: Artmed, 1981.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. São Paulo: Cortez, 2006

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: Componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

PERRENOUD, P. **Avaliação: Da excelência a regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação novos tempos novas práticas**. 2.ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SENA, de Paulo. **O município e a responsabilidade pela educação infantil na Constituição, LDB e no PNE**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. 2004.

ZABALZA, Miguel. **Os diferentes âmbitos da avaliação**. Revista Pátio Educação.